



**Projeto Pedagógico do Curso  
de Pós-Graduação *Lato Sensu*  
em Direito Ambiental e  
Urbanístico**

**- EAD -**

**Curitiba/PR  
Abril/2023**

**Mantenedora**  
**GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA – e-MEC 18437**  
**CNPJ: 32.163.997/0001-97**

**Mantida**  
**GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO – e-MEC 1759**

**Credenciado pela Portaria Ministerial nº 1396, de 04/07/2001,**  
(publicada em Diário Oficial da União de 09/07/2001).

**Credenciado pela Portaria Ministerial nº 827, de 22/03/2002,**  
(publicada no DOU em 27/03/2002).

**Portaria de Recredenciamento nº 65, de 18 de janeiro de 2017,**  
(publicada no DOU em 19/01/2017).

**Credenciamento em Gran Centro Universitário – UniBagozzi,**  
**Portaria nº 402, de 03 de junho de 2022,**  
(publicada no DOU de 06/06/2022, Seção 1, Edição 106, Página 141).

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO**  
**DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO**  
**Modalidade a Distância**

**Curitiba/PR**  
**2023**

## 1. Perfil Institucional

### 1.1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR – IES

Quadro 1 – Identificação da Instituição de Ensino Superior – IES

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA: GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA, CNPJ: 32.163.997/0001-97  
Endereço: Luiz Parigot de Souza, nº 961 Bairro: Portão Cidade: Curitiba UF: PR  
CEP: 81.070-050 Telefone: (41) 3521-2727

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

#### 1.1.1. Base Legal da Mantenedora

O Gran Centro Universitário é uma Instituição de Educação Superior (IES), mantida pelo Gran Centro Universitário LTDA. Trata-se de uma sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos. O Contrato Social da Mantenedora é registrado na Junta Comercial do Paraná, por meio do Registro nº 20227646223, datado de 09/11/2022, com o código de verificação nº 12214549000 e NIRE de nº 41208940492.

#### 1.1.2. Base Legal da IES

Quadro 2 – Identificação da Mantenedora

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA	
<b>Nome:</b>	GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA
<b>CNPJ:</b>	32.163.997/0001-97
<b>Código e-MEC:</b>	18437
<b>Endereço:</b>	Rua Luiz Parigot de Souza, 961, Portão, Curitiba, PR, CEP: 81.070-050
<b>Data da Fundação:</b>	03 de dezembro de 2018
<b>Natureza Jurídica:</b>	Sociedade Empresária LTDA – Com fins lucrativos

DIRIGENTE DA MANTENEDORA					
<b>Dirigente:</b>	Gabriel Granjeiro				
<b>Cidade:</b>	Brasília	<b>UF:</b>	DF	<b>CEP:</b>	81.070-00
<b>Fone:</b>	(41) 3229-1181				

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

Quadro 3 – Identificação da Instituição Mantida

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO MANTIDA	
<b>Nome:</b>	GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO
<b>e-MEC:</b>	1759

DIRIGENTE DA INSTITUIÇÃO MANTIDA					
<b>Reitor:</b>	Gabriel Granjeiro				
<b>Endereço:</b>	Rua Caetano Marchesini, nº 952				
<b>Cidade:</b>	Curitiba - Paraná	<b>UF:</b>	PR	<b>CEP:</b>	81.070-050
<b>Fone:</b>	(41) 3521-2727		<b>Fax:</b>	(41)3521-2700	

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

## 1.2. PERFIL E MISSÃO DA IES

**Missão:** *Mudar vidas por meio da Educação e da Tecnologia.*

**Visão:** *Ser a plataforma tecnológica que mais impacta a educação brasileira.*

**Valores:**

- *Tudo se resume a pessoas servindo outras pessoas;*
- *Somos obcecados pelos nossos alunos;*
- *Inovação é obrigação;*
- *Integridade não tem preço;*
- *Aqui, estamos sempre no 1º dia.*

## 1.3. BREVE HISTÓRICO DA IES

### 1.3.1. O Gran Centro Universitário

O Gran, uma EdTech brasileira que tem como missão mudar a vida de seus alunos por meio da educação e da tecnologia. A companhia, que completou 10 anos em 2022, é jovem, mas já tem um histórico sólido e de destaque, inclusive internacional. Foi reconhecida como a 5ª empresa mais inovadora da América Latina pela FastCompany, possui tecnologia de ponta que tem democratizado o ensino em todo o país e alcançou números que denotam sua vasta expertise de oferecer educação e ferramentas de excelência, mudando a vida de dezenas de milhares de alunos na última década.

A paixão por mudar vidas é o eixo condutor para qualquer movimento feito pelo Gran e os meios dessa transformação são a educação e a tecnologia, com ferramentas de aprendizagem pensadas em levar o melhor conteúdo, aliado a instrumentos que potencializam o estudo e aceleram o aprendizado. Desta forma, as TICs (**Tecnologias de Informação e Comunicação**) são essencialmente valorizadas pelo Gran, pois geram o acesso ao conhecimento e multiplicam as possibilidades de interação, ensino e aprendizado à comunidade acadêmica que, munida dessas ferramentas, torna a aprendizagem ativa e passa a protagonizar o processo educativo.

## 1.4. VOCAÇÃO GLOBAL

Os princípios e as ações a serem delineadas são fundamentais para que o **Gran Centro Universitário** promova as alterações necessárias à implementação das mudanças na busca de uma Instituição que seja fruto, permanentemente, do engajamento de suas metas/objetivos propostos pela comunidade acadêmica **Gran**. Dentre os objetivos globais traçados, destacam-se:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar cidadãos e profissionais nas áreas de conhecimento em que atuar, aptos para a inserção nas respectivas carreiras e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, promovendo ações para sua formação continuada;
- incentivar a investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da criação e difusão da cultura e o entendimento do homem e do meio em que vive;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento pessoal, cultural e profissional e possibilitar sua correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- estimular o conhecimento dos problemas do mundo globalizado e, simultaneamente, prestar serviços especializados à comunidade, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade;
- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais e desenvolver ações afirmativas para a promoção de igualdade de condições com vistas à inclusão social.

## 2. Coordenação do Curso

### **Nilton Carlos Coutinho**

Procurador do Estado de São Paulo, Especialista em Planejamento e Gestão Municipal pela FCT/UNE-SP; Especialista em Direito Público pelo complexo jurídico Damásio de Jesus; Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Escola Superior do Ministério Público de São Paulo; Mestre em Direito pelo CESU-MAR/PR; Doutor em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor na área do direito público, dos direitos fundamentais e da proteção da dignidade da pessoa humana, com diversas obras publicadas.

**E-mail:** niltonpge@gmail.com

**Telefone:** (61) 98218-3335

### 3. Dados do Curso

**Nome do curso:** DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO

**Modalidade:** EAD

**Carga horária:** 369 h (disciplinas) + 40h (trabalho de conclusão de curso)

**Periodicidade:** oferta permanente

**Período:** 6 a 24 meses

### 4. Aspectos Gerais do Projeto Pedagógico

#### 4.1. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

O direito ambiental tem ganhado grande relevância nas últimas décadas. Novas leis foram criadas, exigindo-se daquele que atua na referida o conhecimento aprofundado acerca das questões jurídicas relacionadas à questão ambiental.

Assim, o Curso de Pós-graduação se revela imprescindível para quem tem o interesse no desenvolvimento das competências e habilidades aplicadas à atuação na área ambiental, com raciocínio jurídico destinado à interpretação e aplicação do direito, pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito, desenvolvendo capacidade de atuação no campo jurídico e, também, em atividades práticas relacionadas ao direito ambiental.

#### 4.2. OBJETIVOS DO CURSO

Formar profissionais especializados nas áreas de Direito Ambiental, direito urbanístico e Gestão Ambiental, propiciando aos graduados em Direito e em áreas afins, a oportunidade de aprofundamento das questões teórico-práticas, preparando-o para enfrentar, de forma diferenciada, todas as espécies de demandas ambientais e seus desdobramentos.

#### 4.3. CONTRIBUIÇÕES PARA O EGRESSO

- a) Ampliação do conhecimento dos alunos acerca do meio ambiente, direito e economia, tendo como base o princípio do desenvolvimento sustentável.
- b) aumento do conhecimento científico multi e interdisciplinar, pautado na integração entre ciências naturais e sociais
- c) melhor compreensão das consequências das ações humanas em relação ao meio ambiente, bem como dos impactos ambientais decorrentes das ações praticadas sem a observância das normas que regulam a proteção ambiental em nosso País.

#### 4.4. PÚBLICO-ALVO

Bacharéis em Direito, advogados, servidores públicos em geral, técnicos ambientais, fiscais ambientais e outros profissionais cuja área de atuação exija conhecimentos na área do direito ambiental.

#### 4.5. FORMA DE INGRESSO

Matrículas vinculadas ao sistema Gran Cursos Online, atendendo ao pré-requisito legal.

## 5. Estrutura Curricular Do Curso

### 5.1. METODOLOGIA

Utilizar-se-á o método de exposição tradicional, por meio de aulas gravadas de disponibilizadas na Plataforma, bem como a aprendizagem focada no aluno, tornando-o ainda mais ativo, tendo o professor como facilitador.

Além disso, haverá aulas ao vivo, síncronas, e objetos de aprendizagem de modo a permitir maior interação entre o professor e os alunos, esclarecendo dúvidas e ampliando o diálogo.

### 5.2. MATRIZ CURRICULAR

	Unidade Curricular	CH Horária
01	Teoria Geral do Direito Ambiental	25h
02	Direito Constitucional	68h
03	Tópicos de Direito Administrativo	8h
04	Teoria Geral do Processo Coletivo I	20h
05	Teoria Geral do Processo Coletivo II	30h
06	Direito Constitucional à Saúde	10h
07	Responsabilidade Civil e Administrativa Ambiental	15h
08	Proteção do Meio Ambiente Urbano e Cultural: Aspectos Urbanísticos	10h
09	Tutela dos Direitos Difusos e Coletivos	15h
10	Comunicação e Oratória	10h
11	Direito Ambiental Econômico, Tributário e Empresarial	30h
12	Direito Ambiental Internacional	15h
13	Direito Ambiental Administrativo	15h
14	Licenciamento Ambiental: Procedimento e Aspectos Práticos	15h
15	Recursos Ambientais em Espécie: Uso e Proteção	25h
16	Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento Econômico	10h
17	Negociação e Mediação	10h

Unidade Curricular		CH Horária
18	Tribunais Superiores e Jurisprudência na Área Ambiental	10h
19	Impacto Ambiental e Perícia na Área Ambiental	10h
20	Gestão Ambiental: Sustentabilidade, Indicadores de Qualidade e Controle Ambiental	10h
21	Direito Penal Ambiental	8h
TOTAL DAS DISCIPLINAS		369 h/a
Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)		40 h/a
TOTAL DO CURSO		409 h/a

### 5.3. COMPONENTES CURRICULARES

#### Disciplina: TEORIA GERAL DO DIREITO AMBIENTAL

**Carga horária:** 25 h/a

**Ementa:** Direito ambiental e direitos humanos. Evolução. Instrumentos de proteção ambiental. Meio ambiente e Política de Desenvolvimento Urbano.

**Conteúdo programático:** Direito ambiental e direitos humanos. Evolução da legislação ambiental: diagnósticos e perspectivas. Instrumentos de proteção ambiental. Da proteção ao meio ambiente enquanto interesse transindividual. Papel do Estado na proteção dos bens ambientais nas esferas cível, administrativa e penal. Meio ambiente e Política de Desenvolvimento Urbano. Jurisprudência na área ambiental.

#### **Bibliografia básica:**

MEDAUAR, Odete e outros. O Novo Direito Administrativo, Ambiental e Urbanístico. São Paulo: RT. 2010

SILVA, José A. Direito Urbanístico Brasileiro. 7a Ed. São Paulo: Malheiros. 2012

DERANI, Cristiane. Direito Ambiental Econômico. 3a. São Paulo: Saraiva. 2013

COUTINHO, Nilton Carlos de Almeida. Curso de direito ambiental e urbanístico: O Estado e a proteção do meio ambiente

FENSTERSEIFER, Tiago. Direitos fundamentais e proteção do ambiente: A dimensão ecológica da dignidade humana. Porto Alegre: livraria do advogado, 2008

MAZZILI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2002

#### **Bibliografia complementar:**

FIORILLO, C.A.P.; MORITA, D.M.; FERREIRA, P. Licenciamento ambiental. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2015

AKAOUI, Fernando Reverendo Vidal. Compromisso de ajustamento de conduta ambiental. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004

#### Disciplina: DIREITO CONSTITUCIONAL

**Carga horária:** 68 h/a

**Conteúdo programático:** Constituição Federal de 1988. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado e Organização dos Poderes. Jurisprudência do STF e do STJ. Jurisdição constitucional.

**Bibliografia básica:**

- BRASIL. Constituição da República de 1.988.  
BULOS, Uadi Lammêgo. Constituição federal anotada. São Paulo: Saraiva, 2000  
CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito constitucional e teoria da Constituição. 6ª ed. Coimbra: Almedina, 1993  
CUNHA JÚNIOR, Dirley. Curso de direito constitucional. 5ª edição. Salvador: JusPodivum. 2011  
FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de direito constitucional. 10ª ed. Salvador: Jus Podivm. 2018  
LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019  
MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva. 8ª edição. 2013  
MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 23ª edição, São Paulo: Atlas, 2008  
NOVELINO. Marcelo. Curso de direito constitucional. 12ª edição. Salvador: Juspodivm, 2017  
SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 9ª ed. São Paulo: Malheiros, 1992  
Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito constitucional descomplicado. 3ª ed. São Paulo: Método. 2008

**Bibliografia complementar:**

- ALEXY, Robert. Teoria de los derechos fundamentales. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales. 1993  
ÁVILA, Humberto. Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. São Paulo: Malheiros. 13ª edição. 2012  
HESSE, Konrad. A força normativa da Constituição. Tradução: Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio A. Fabris. 1991  
TEIXEIRA, J. H. Meirelles. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 1991  
SARMENTO, Daniel. Oneoconstitucionalismo no Brasil: riscose possibilidades. Leituras complementares de direito constitucional – Teoria da Constituição. Salvador: Juspodvm, 2009  
SILVA, Virgílio Afonso. A constitucionalização do direito: os direitos fundamentais nas relações entre particulares. São Paulo: Malheiros. 2005

**Disciplina: TEORIA GERAL DO PROCESSO COLETIVO I**

**Carga horária:** 20 h/a

**Ementa:** Processo Constitucional: Constituição e Processo. Teoria Geral do Processo Constitucional. Princípios Constitucionais no Estado Democrático de Direito. Normas Fundamentais Processuais. Conceitos. Princiologia do Direito Processual Constitucional. Instrumentos constitucionais/processuais. Instrumentos Constitucionais de garantia dos Direitos Fundamentais. Jurisdição Constitucional das Liberdades. Processualística Recursal Constitucional: Recursos Ordinário, Especial e Extraordinário. A Tutela Coletiva de Direitos no Sistema Processual Brasileiro. Fundamentos e Princípios Constitucionais do Processo Coletivo. Ações Constitucionais Coletivas Típicas: Ação Civil Pública. Ação Popular. Mandado de Segurança – individual e coletivo. Perspectivas do Direito Processual Constitucional. Precedentes jurisdicionais.

**Conteúdo programático:** Processo Constitucional: Constituição e Processo. Teoria Geral do Processo Constitucional. Princípios Constitucionais no Estado Democrático de Direito. Normas Fundamentais Processuais. Conceitos. Princiologia do Direito Processual Constitucional. Instrumentos constitucionais/processuais. Instrumentos constitucionais de garantia dos Direitos Fundamentais. Jurisdição constitucional das liberdades. Processualística Recursal Constitucional: Recursos Ordinário, Especial e Extraordinário Perspectivas do Direito Processual Constitucional. Precedentes jurisdicionais. A Tutela Coletiva de Direitos no Sistema Processual Brasileiro. Fundamentos e Princípios Constitucionais do Processo Coletivo. Ações Constitucionais Coletivas Típicas: Ação Civil Pública. Ação Popular. Mandado de Segurança – individual e coletivo. Perspectivas do Direito Processual Constitucional. Precedentes jurisdicionais.

**Bibliografia básica:**

DINAMARCO, Cândido Rangel; LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho; BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. Teoria Geral do novo Processo Civil. 32ª ed. rev. atual. São Paulo: Juspodivm, 2020.

MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sérgio Cruz, MITIDIERO, Daniel. Curso de Processo Civil - Volume 1. 5ª ed. rev. atual. amp. Editora RT, 2020

DIDIER JR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Volume I. 22ª edição. Salvador: Juspodivm, 2020.

DIDIER JR, Fredie. ZANETI JR. Hermes. Curso de Direito Processual Civil. Volume IV. 14ª edição. rev. atual. amp. Salvador: Juspodivm, 2020.

**Bibliografia complementar:**

DINAMARCO, Cândido R. A instrumentalidade do processo. São Paulo, SP: Malheiros, 2015.

DONIZETTI, Elpídio. Curso de Direito Processual Civil. 23 Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2020

BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil. 6 ed. amp. atual. rev. São Paulo: Saraiva, 2020

**Disciplina: TEORIA GERAL DO PROCESSO COLETIVO II**

**Carga horária:** 30 h/a

**Ementa:** Processo Constitucional: Constituição e Processo. Teoria Geral do Processo Constitucional. Princípios Constitucionais no Estado Democrático de Direito. Normas Fundamentais Processuais. Conceitos. Principiologia do Direito Processual Constitucional. Instrumentos constitucionais/processuais. Instrumentos Constitucionais de garantia dos Direitos Fundamentais. Jurisdição Constitucional das Liberdades. Processualística Recursal Constitucional: Recursos Ordinário, Especial e Extraordinário. A Tutela Coletiva de Direitos no Sistema Processual Brasileiro. Fundamentos e Princípios Constitucionais do Processo Coletivo. Ações Constitucionais Coletivas Típicas: Ação Civil Pública. Ação Popular. Mandado de Segurança – individual e coletivo. Perspectivas do Direito Processual Constitucional. Precedentes jurisdicionais.

**Conteúdo programático:** Processo Constitucional: Constituição e Processo. Teoria Geral do Processo Constitucional. Princípios Constitucionais no Estado Democrático de Direito. Normas Fundamentais Processuais. Conceitos. Principiologia do Direito Processual Constitucional. Instrumentos constitucionais/processuais. Instrumentos constitucionais de garantia dos Direitos Fundamentais. Jurisdição constitucional das liberdades. Processualística Recursal Constitucional: Recursos Ordinário, Especial e Extraordinário Perspectivas do Direito Processual Constitucional. Precedentes jurisdicionais. A Tutela Coletiva de Direitos no Sistema Processual Brasileiro. Fundamentos e Princípios Constitucionais do Processo Coletivo. Ações Constitucionais Coletivas Típicas: Ação Civil Pública. Ação Popular. Mandado de Segurança – individual e coletivo. Perspectivas do Direito Processual Constitucional. Precedentes jurisdicionais.

**Bibliografia básica:**

DINAMARCO, Cândido Rangel; LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho; BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. Teoria Geral do novo Processo Civil. 32ª ed. rev. atual. São Paulo: Juspodivm, 2020.

MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sérgio Cruz, MITIDIERO, Daniel. Curso de Processo Civil - Volume 1. 5ª ed. rev. atual. amp. Editora RT, 2020

DIDIER JR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Volume I. 22ª edição. Salvador: Juspodivm, 2020.

DIDIER JR, Fredie. ZANETI JR. Hermes. Curso de Direito Processual Civil. Volume IV. 14ª edição. rev. atual. amp. Salvador: Juspodivm, 2020.

**Bibliografia complementar:**

DINAMARCO, Cândido R. A instrumentalidade do processo. São Paulo, SP: Malheiros, 2015.

DONIZETTI, Elpídio. Curso de Direito Processual Civil. 23 Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2020

BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil. 6 ed. amp. atual. rev. São Paulo: Saraiva, 2020

**Disciplina: DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE**

**Carga horária:** 10 h/a

**Conteúdo programático:** Direitos sociais e direito à saúde. Políticas públicas de saúde e o Estado de Bem-estar Social no Brasil. Sistema único de saúde. O direito à saúde na Constituição de 1988. Direito à saúde e responsabilidade do Estado. A judicialização da saúde.

**Bibliografia básica:**

WERNER, Patricia Ulson Pizarro. Concretização dos direitos fundamentais sociais e a interpretação da constituição. O direito à saúde: extensão e limites. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. Orientadora Maria Garcia. Disponível na Biblioteca da PUC/SP.

Werneck Vianna, Luiz et alii, A judicialização da política e das relações sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1999

**Bibliografia complementar:**

CHAVES, Marily Diniz do Amaral. A saúde suplementar à luz da Constituição. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC/SP.

DALLARI, Sueli Gandolfi. Políticas de Estado e políticas de governo: o caso da saúde pública. Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. Maria Paula Dallari Bucci (org.). São Paulo: Saraiva, 2006, pp. 147-166.

LIMA, Ricardo Seibel de Freitas. Direito à saúde e critérios de aplicação. Revista de direito público, n.º 12. São Paulo: Revista dos Tribunais, abr./ jun., 2006.

**Disciplina: RESPONSABILIDADE CIVIL E ADMINISTRATIVA AMBIENTAL**

**Carga horária:** 15 h/a

**Objetivos:** Entender as funções e estudar os elementos caracterizadores da responsabilidade civil. Distinguir, diante do caso concreto, as diferentes formas de responsabilização civil previstas no ordenamento jurídico, aplicando as teorias correlatas. Análise das peculiaridades inerentes à responsabilidade civil na área ambiental. Analisar e discutir jurisprudência relativa às diferentes formas de responsabilização civil. Busca-se, também, aprofundar o conhecimento dos alunos no tocante à responsabilidade civil por ação e omissão, incluindo a responsabilidade do Estado na área ambiental e a responsabilidade por danos morais e coletivos. Analisar a responsabilidade administrativa na área ambiental, com base na legislação de regência (lei 9.605/98 e decreto 6.514/08).

**Conteúdo programático:** Teoria geral da responsabilidade civil: elementos, pressupostos e excludentes. Conceito de Culpa e Dolo Civis. Responsabilidade Subjetiva (aquiliana) e Responsabilidade Objetiva (pelo risco). Dano indenizável. Responsabilidade por danos materiais e morais. Responsabilidade civil na área ambiental. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas e seus administradores. Ação de regresso. Jurisprudência sobre o tema.

**Bibliografia básica:**

LEITE, José Rubens Morato. Dano Ambiental: do individual ao coletivo, extrapatrimonial. São Paulo: RT, 2000. GONÇALVES, Carlos Roberto. Responsabilidade Civil: Doutrina e jurisprudência. 6. ed. Atual. e ampl. – Saraiva, 1995

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 6ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BENJAMIN, Antonio Hermann Vasconcelos e (coord). Dano ambiental prevenção, reparação e repressão. São Paulo. RT. 1996

MIRRA, Álvaro Luiz Valery. Ação civil pública e a reparação do dano ao meio ambiente. São Paulo: editora Juarez de Oliveira. 2002

**Bibliografia complementar:**

STEIGLEDER, Annelise Monteiro. Responsabilidade Civil Ambiental: As Dimensões do Dano Ambiental no Direito Brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004

CARVALHO, Délton Winter de. Dano ambiental futuro. A responsabilização civil pelo risco ambiental. Porto Alegre. Livraria do Advogado, 2013.

TEIXEIRA NETO, Felipe. Dano moral coletivo. A configuração e a reparação do dano extrapatrimonial por lesão aos interesses difusos. Curitiba: Juruá Editora

**Disciplina: PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE URBANO E CULTURAL: ASPECTOS URBANÍSTICOS**

**Carga horária:** 10 h/a

**Ementa:** A tutela constitucional do meio-ambiente. O direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Relação entre o direito ao meio ambiente sadio e outros direitos fundamentais. Bens ambientais. Competência ambiental. A defesa do meio ambiente como princípio da ordem econômica. Tutela jurisdicional do meio ambiente na Constituição. Deveres jurídicos do Estado em matéria ambiental. Ecossistemas determinados pela Constituição como patrimônio nacional. Meio ambiente cultural. Função sócio-ambiental da propriedade.

**Conteúdo programático:** A revolução industrial e a urbanização. A urbanização no Brasil. O Direito urbanístico: formação e desenvolvimento. O meio Ambiente urbano. Desenvolvimento sustentável e vida urbana. Qualidade de vida. Ordenamento Constitucional da Política Urbana. Estatuto das cidades e as Novas Perspectivas do Direito Urbanístico.

**Bibliografia básica:**

DALLARI, Adilson de Abreu; FERRAZ, Sergio (Orgs.). Estatuto da Cidade - Comentários à Lei Federal 10.257/2001. Malheiros: São Paulo, 2002.

MATOS, Liana Portilho. Estatuto da Cidade Comentado. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002

**Bibliografia complementar:**

MUKAI, Toshio. Direito e Legislação Urbanística no Brasil. São Paulo: Saraiva. 1998.

MEDAUAR, Odete; ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de (Organizadores) Estatuto da Cidade – Lei 10.257/01, de 10.07.2001 - Comentários”. São Paulo: RT Editora

SARNO, Daniela Campos Libório di. Elementos de Direito Urbanístico. São Paulo: Ed. Manole

**Disciplina: TUTELA DOS DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS**

**Carga horária:** 15 h/a

**Conteúdo programático:** Definição de Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Sistemática de aplicação dos direitos de tutela coletiva e de tutela individual homogênea. Aspectos constitucionais a respeito dos direitos coletivos e individuais homogêneos. 1.3 Estudo no direito comparado sobre a estrutura dos direitos coletivos. As últimas reformas do CPC em relação ao processo individual e coletivo. O modelo do Direito Processual Coletivo brasileiro. 2.2 A aplicabilidade limitada e condicionada do CPC no plano dos processos coletivos. A coisa julgada no processo civil brasileiro e sua incidência sobre o processo coletivo. Aspectos da segurança jurídica e da coisa julgada nos processos coletivos e de direitos individuais homogêneos. Aplicação do Código de defesa do Consumidor aos Direitos Difusos, coletivos e individuais homogêneos. Execução coletiva. Delimitação conceitual. A falta de corpo legislativo próprio e a insuficiência do CPC para reger a execução coletiva. Execução coletiva no Código de processo Civil Brasileiro. Execução coletiva em relação aos direitos difusos. Execução coletiva em relação aos direitos coletivos em sentido estrito. Execução coletiva em relação aos direitos individuais homogêneos.

**Bibliografia básica:**

MANCUSO, Rodolfo. Interesses difusos: conceito e legitimação para agir. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MIRANDA, Jorge. Manual de direito constitucional. Tomo 3. Coimbra: Coimbra Editora, 1998.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. Porto Alegre. Livraria do Advogado, 1998.

**Bibliografia complementar:**

ASSIS, Araken de; MOLINARO, Carlos Alberto; MILHORANZA, Mariângela Guerreiro. Processo coletivo e outros temas de direito processual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

MANCUSO, Rodolfo Camargo de. Comentários ao Código de Proteção ao Consumidor. Coordenado por Juarez de Oliveira. São Paulo: Saraiva, 1991.

\_\_\_\_\_. Ação civil pública: em defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos consumidores. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

PRADE, Péricles. Conceito de interesses difusos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

ZAVASCKI, Teori Albino. Processo coletivo. Tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

**Disciplina: COMUNICAÇÃO E ORATÓRIA**

**Carga horária:** 10 h/a

**Conteúdo programático:** VIDEOCONFERÊNCIA - CONCENTRAÇÃO - COMUNICAÇÃO - PÚBLICO - ROTEIRO - TEMPO - INDUMENTÁRIA - POSTURA CORPORAL - VOZ (VOLUME/RITMO/VELOCIDADE) - MEMORIAIS - DIN MICAS.

**Bibliografia básica:**

POLITO, Reinaldo; POLITO, Rachel. 29 minutos PARA FALAR BEM EM PÚBLICO. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

POMBO, Rute Rocha. Adeus ao medo de falar em público. São Paulo: Ideias & Letras, 2016.

**Bibliografia complementar:**

1. <https://www.conjur.com.br/2018-ago-24/limite-penal-elogio-defensoria-publica-raiz-nao-paredes>

2. <https://www.conjur.com.br/2018-jun-12/lei-garante-sustentacao-oral-pedido-liminar-ms>

3. <https://www.conjur.com.br/2018-mai-06/ana-mendes-sustentacao-oral-agravo-interno-situacao-excepcional>

4. <https://www.conjur.com.br/2018-mar-12/advogado-direito-sustentacao-oral-mesmo-inscricao-previa>

5. <https://www.conjur.com.br/2018-fev-20/paradoxo-corte-quando-oportuna-sustentacao-oral-tribunais>

6. <https://www.conjur.com.br/2018-jan-03/luiz-valladao-caracteristicas-nuances-sustentacao-oral>

7. <https://www.conjur.com.br/2016-jun-10/limite-penal-dica-quando-for-recebido-julgador-embargos-auryculares>

8. <https://www.conjur.com.br/2016-jan-19/cnj-suspende-regra-impedia-advogado-ler-sustentacao-oral>

**Disciplina: DIREITO AMBIENTAL ECONÔMICO, TRIBUTÁRIO E EMPRESARIAL**

**Carga horária:** 30 h/a

**Ementa:** Apropriação da natureza para construção da existência. Sociedade industrial e produção de externalidades. Transferência da poluição à sociedade e entre países. Ordem econômica na Constituição Federal e princípios informadores da defesa do meio ambiente. Propriedade privada e função social. Mercantilização dos recursos naturais - exposição e crítica. Certificado de Desenvolvimento Limpo e direito de uso da água.

**Conteúdo programático:** Instrumentos políticos de proteção ambiental. Instrumentos jurídicos de proteção ambiental. Instrumentos tributários de proteção ambiental. Desenvolvimento econômico e proteção ambiental: o desenvolvimento sustentável.

**Bibliografia básica:**

BERCOVICCI, Gilberto. Desigualdades Regionais: Estado e Constituição. São Paulo, Max Limonad, 2002.

CAVALCANTI, Clovis. (org) Meio ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. Cortez ed., 1997.

DERANI, Cristiane. Direito Ambiental Econômico. 2ª ed, São Paulo, Max Limonad, 2001.

VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques. Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para pesquisa ambiental. São Paulo, Cortez. 2002.

**Bibliografia complementar:**

BERCOVICI, Gilberto. Constituição Econômica e Desenvolvimento. São Paulo :Malheiros, 2005

**Disciplina: DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL**

**Carga horária:** 15 h/a

**Ementa:** Regulação internacional do meio ambiente, sistema de fontes do Direito Internacional, projeto e negociação de tratados referentes a meio ambiente. Especificidade e internacionalidade das questões ambientais. Noções sobre o desenvolvimento histórico da disciplina. Sistemas internacionais de solução de controvérsias. Direito Econômico Internacional e seus impactos sobre a regulação ambiental.

**Conteúdo programático:** Princípios gerais de Direito Internacional Público. Solução de controvérsias ambientais, temas atuais. Propriedade intelectual, biotecnologia e biossegurança, biodiversidade. Propriedade industrial, procedimentos para obtenção de patente.

**Bibliografia básica:**

DERANI, Cristiane e COSTA, José A. Fontoura (Organizadores). Direito Ambiental Internacional. Santos: Leopoldianum, 2001.

KISS, Alexandre e BEURIER, J.-P. Droit International de l'Environnement, 2a Edição. Paris: Pedone, 2000. SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e. Direito Ambiental Internacional. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2012

**Disciplina: DIREITO AMBIENTAL ADMINISTRATIVO**

**Carga horária:** 15 h/a

**Ementa:** Estudo da atividade da Administração Pública que limita ou disciplina o direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato de interesse público concernente à saúde da população, à conservação dos ecossistemas, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas ou de outras atividades dependentes de concessão, autorização/permissão ou licença do Poder Público de cujas atividades possam decorrer poluição ou agressão à natureza.

**Conteúdo programático:** Sanções Administrativas decorrentes do poder de polícia. Limites do poder de polícia ambiental. Competência administrativa e poder de polícia ambiental. Delegação do poder de polícia.

**Bibliografia básica:**

MILARÉ, Édís. Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário. 7. Ed. ver., atual., e reform. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

COSTA, Elisson Pereira da .Poder de Polícia Ambiental E A Administração Pública. Disponível em: [http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-16/RBDC-16-013-Artigo\\_Elisson\\_Pereira\\_da\\_Costa\\_\(Poder\\_de\\_Policia\\_Ambiental\\_e\\_a\\_Administracao\\_Publica\).pdf](http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-16/RBDC-16-013-Artigo_Elisson_Pereira_da_Costa_(Poder_de_Policia_Ambiental_e_a_Administracao_Publica).pdf)

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 26. ed. rev. e ampl. São Paulo: Malheiros Editores, 2009

**Bibliografia complementar:**

DERANI, Cristiane. Direito Ambiental Econômico. 3 ed. São Paulo. Saraiva. 2008.

**Disciplina: LICENCIAMENTO AMBIENTAL: PROCEDIMENTO E ASPECTOS PRÁTICOS**

**Carga horária:** 15 h/a

**Ementa:** Conceitos e noções de licenciamento e impacto ambiental; aplicação da avaliação de impacto ambiental (AIA) no Brasil e no mundo; participação de órgãos intervenientes; tipos de empreendimentos licenciados; significância de impactos e enquadramento do licenciamento de

grandes empreendimentos. O Sistema Nacional do Meio Ambiente / Política Nacional do Meio Ambiente/ Licenciamento Ambiental – Fases e Procedimentos. Competências Legais. Resoluções Conama Correlatas ao Licenciamento Ambiental.

**Conteúdo programático:** Legislação básica aplicada ao licenciamento ambiental, nos âmbitos federal e estadual; Licenciamento ambiental como instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente; Estruturação do licenciamento ambiental no Brasil; Principais tipologias de empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental; Pré-requisitos mínimos e principais condicionantes relacionados ao licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente poluidores do meio ambiente; Análise da resolução CONAMA 237/97.

**Bibliografia básica:**

BRASIL. (1997). Resolução CONAMA n.237, de 19 de dezembro de 1997. Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na política nacional do meio ambiente. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 dez. Disponível em: Acesso em: 17 nov. 2003.

**Bibliografia complementar:**

SÁNCHEZ, L. E. (2006). Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos, 1ª edição. São Paulo: Oficina de Textos.

**Disciplina: RECURSOS AMBIENTAIS EM ESPÉCIE: USO E PROTEÇÃO**

**Carga horária:** 25 h/a

**Ementa:** Análise das principais normas que tratam acerca do uso e proteção de recursos ambientais. Conteúdo programático: Regime de proteção da flora brasileira. Conservação do solo e a proteção de recursos naturais. Recursos hídricos: Lei nº 9.433/97. Poluição. Legislação florestal. Código de mineração. Mineração em áreas de proteção ambiental especial

**Bibliografia básica:**

ÁGUAS DO BRASIL. Comitês de Bacias: Fórum Nacional. Salvador, n.5, Out./Dez. 2001.

BARTH, F.T. Aspectos Institucionais do Gerenciamento de Recursos Hídricos. In: Rebouças, A. da C.; Braga, B.P.F; TUNDISI, J.G. (ORG). Águas Doces no Brasil: Capital Ecológico, Uso e Conservação, São Paulo: Cap. 17, Escrituras Editora, 1999.

Direito do Ambiente a gestão Ambiental em Foco. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

BENJAMIN, A. H. de V. A Proteção do Meio Ambiente nos Países Menos Desenvolvidos: O Caso da América Latina. Revista de Direito Ambiental. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, n. 0, 1995, p. 95.

**Bibliografia complementar:**

ALMEIDA, C. C. de. Evolução histórica da proteção jurídica das águas no Brasil. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 60, nov. 2002. Disponível em: . Acesso em 17 jun. 2006

SETTA, J. Os Caminhos da Gestão do Saneamento Básico no Brasil: Condicionantes para Formulação de um Novo Modelo. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Engenharia de Produção, COPPE/UFRJ, 2003.

SILVA, E. R. O Curso da Água na História: Simbologia, Moralidade e a Gestão de Recursos Hídricos. Tese de D. Sc., FIOCRUZ, Rio de Janeiro, Brasil, 1998.

**Disciplina: SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

**Carga horária:** 10 h/a

**Ementa:** Conceito de sustentabilidade ambiental: a inter-relação entre o econômico, o social e o ambiental. Conflitos ambientais envolvidos na gestão de recursos sólidos e recursos hídricos. Meio ambiente e poluição. A participação da sociedade na questão da proteção ambiental. A educação para proteção do meio ambiente. Responsabilidade ambiental das organizações e empreendimentos solidários.

**Conteúdo programático:** Atuações preventivas e repressivas da administração pública em matéria ambiental. Princípios de Direito Ambiental. A tutela constitucional do meio ambiente. O Sistema nacional do meio ambiente - O Estado e a proteção ambiental. Características e aspectos jurídicos do desenvolvimento sustentável.

**Bibliografia básica:**

DIAS, R. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2009.

VAN BELLEN, H.M. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

**Bibliografia complementar:**

BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis: Ed. Vozes. 2009.

BURSZTYN, M.A. e BURSZTYN, M. Desenvolvimento sustentável: biografia de um conceito. In: PINHEIRO, E.P. e VIANA, J.N.S (orgs.). Economia, meio ambiente e comunicação. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

**Disciplina: NEGOCIAÇÃO E MEDIAÇÃO**

**Carga horária:** 10 h/a

**Conteúdo programático:** Métodos alternativos de solução dos conflitos. Negociação e conciliação. Técnica. Mediação. Mediador. Arbitragem. Princípio da autonomia da vontade e princípio da indisponibilidade do interesse público. Convenção de arbitragem. Cláusula compromissória. Compromisso arbitral. Árbitro. Processo arbitral. Sentença arbitral.

**Bibliografia básica:**

CÂMARA, Alexandre Freitas. Arbitragem; Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997.

CASELLA, Paulo Borba. Arbitragem a nova lei brasileira (9.307/96) e a praxe internacional; São Paulo: LTr, 1997.

FISCHER, Roger. Como chegar ao sim; Rio de Janeiro: Imago, 1994.

**Bibliografia complementar:**

GAIO JUNIOR, Antônio Pereira. Teoria da arbitragem; São Paulo: Rideel, 2012.

CASELLA, Paulo Borba. Mediação de conflitos; Belo Horizonte: Forum, 2009.

PANTOJA, Teresa. Prática em arbitragem; Rio de Janeiro: Forense, 2008.

FICHTNER, José Antonio. Temas de arbitragem; Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

CRETELLA NETO, José. Curso de arbitragem; Rio de Janeiro: Forense, 2004.

**Disciplina: TRIBUNAIS SUPERIORES E JURISPRUDÊNCIA NA ÁREA AMBIENTAL**

**Carga horária:** 10 h/a

**Ementa:** Análise da jurisprudência nacional na área do direito ambiental e urbanístico

**Conteúdo programático:** Análise do sistema jurídico brasileiro. Estudo dos principais julgados e casos mais emblemáticos na área ambiental e urbanística.

**Disciplina: IMPACTO AMBIENTAL E PERÍCIA NA ÁREA AMBIENTAL**

**Carga horária:** 10 h/a

**Ementa:** Conceito de perícia técnica; noções de monetarização e valoração ambiental; definição de limites de degradação ambiental; técnicas de identificação da origem da agressão ambiental; técnicas de perícia ambiental; perícia criminal, civil e administrativa; cálculo do dano ambiental; principais documentos do relatório pericial; levantamento de custos de recuperação ambiental; passivo econômico ambiental; redação de laudos, relatórios e avaliações judiciais e técnicas.

**Conteúdo programático:** Impactos ambientais e prova pericial. Conceito de perícia técnica. Cálculo

do dano ambiental e relatórios. Perícia: aspectos práticos e teóricos. Perícia e direito processual.

**Bibliografia básica:**

ALMEIDA, J. R.; PANNO, M.; OLIVEIRA, S. G. Perícia ambiental. Rio de Janeiro: Thex, 2000  
CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. Avaliação e perícia ambiental. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

**Bibliografia complementar:**

YEE, Z. C. Perícias rurais e florestais: aspectos processuais e casos práticos. Curitiba: Juruá, 2002  
JULIANO, R. Manual de perícias. 4. ed. Rio Grande: Rui Juliano, 2009  
SÁNCHEZ, L. E. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina dos Textos, 2008.

**Disciplina: GESTÃO AMBIENTAL: SUSTENTABILIDADE, INDICADORES DE QUALIDADE E CONTROLE AMBIENTAL**

**Carga horária:** 10 h/a

**Ementa:** O exercício de atividades econômicas e sociais de forma a utilizar de maneira racional os recursos naturais, incluindo fontes de energia, renováveis ou não.

**Conteúdo programático:** Aspectos Econômicos da Gestão Ambiental. Técnicas de Gerenciamento. Desenvolvimento sustentável. Novas tecnologias e novos modelos de gestão. Recuperação de áreas degradadas. Técnicas de reflorestamento. Métodos para a exploração sustentável de recursos naturais

**Bibliografia básica:**

OLIVEIRA José Antonio Puppim de. Empresas na Sociedade: Sustentabilidade e Responsabilidade Social. Campus: Rio de Janeiro, 2008.  
ROBLES JR Antonio e BONELLI, Valério Vitor. Gestão da Qualidade e do Meio Ambiente, Enfoque Econômico, Financeiro e Patrimonial. Atlas: São Paulo, 2006

**Bibliografia complementar:**

TACHIZAWA Takeshy. Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

**Disciplina: DIREITO PENAL AMBIENTAL**

**Carga horária:** 8 h/a

**Conteúdo programático:** Teoria da norma e do delito ambiental penal. Tipo penal ambiental. Inovações da Lei 9.605/98. Responsabilidade Penal na área ambiental. Responsabilidade das Pessoas Jurídicas. Penas aplicáveis às pessoas físicas e jurídicas. Instrumentos processuais penais. Competência do Ministério Público nos Crimes Ambientais. Crimes ambientais em espécie. Jurisprudência sobre o tema.

**Bibliografia básica:**

MACHADO, Paulo Afonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2006.  
MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente a gestão Ambiental em Foco. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.  
SZNICK, Valdir. Direito Penal Ambiental. São Paulo: Ícone, 2001.

**Bibliografia complementar:**

SOUZA, José Carlos Rodrigues de. Responsabilidade penal das pessoas jurídicas e sua justificativa social. Revista de Direito Ambiental. São Paulo: Editora revista dos Tribunais, 1998.

## **5.4. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM**

A avaliação do desempenho escolar será feita por disciplina, por meio de provas no sistema Gran Cursos, e terá por base o sistema de notas em valores numéricos, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) ponto, considerando-se aprovado(a) aquele que alcançar a nota mínima de 70(setenta) pontos.

## **5.5. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Será opcional.

## **5.6. ATIVIDADE DE EAD**

Aulas expositivas, mesclando a teoria com casos práticos apresentados pelos docentes por meio de suas experiências profissionais e acadêmicas.

## **5.7. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE UNIDADES CURRICULARES CURSADAS ANTERIORMENTE**

O aproveitamento de estudos dar-se-á por equivalência ou isenção de disciplinas, caso o(a) aluno(a) já tenha cursado disciplina com carga horária e conteúdo programático compatíveis ou idênticos entre si. O pedido de aproveitamento de disciplinas será analisado pela coordenação do curso.

# **6. Coordenação do Curso**

## **6.1. COORDENADOR DO CURSO**

### **Nilton Carlos Coutinho**

Procurador do Estado de São Paulo, Especialista em Planejamento e Gestão Municipal pela FCT/UNESP; Especialista em Direito Público pelo complexo jurídico Damásio de Jesus; Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Escola Superior do Ministério Público de São Paulo; Mestre em Direito pelo CESUMAR/PR; Doutor em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor na área do direito público, dos direitos fundamentais e da proteção da dignidade da pessoa humana, com diversas obras publicadas.

**E-mail:** [niltonpge@gmail.com](mailto:niltonpge@gmail.com)

**Telefone:** (61) 98218-3335

**6.2. CORPO DOCENTE**

Unidade Curricular	Docente(s)	Titulação	Carga Horária
Teoria Geral do Direito Ambiental	Nilton Coutinho	Doutor	25h
Direito Constitucional	Aragonê Fernandes	Especialista	68h
Tópicos de Direito Administrativo	Gustavo Scatolino	Especialista	8h
Teoria Geral do Processo Coletivo I	Roberta Queiroz	Mestra	20h
Teoria Geral do Processo Coletivo II	Nilton Coutinho	Doutor	30h
Direito Constitucional à Saúde	Fabício Rodrigues	Especialista	10h
Responsabilidade Civil e Administrativa Ambiental	Daniel Carnacchioni	Mestre	15h
	Gabriel Lino	Especialista	
Proteção do Meio Ambiente Urbano e Cultural: Aspectos Urbanísticos	Nilton Coutinho	Doutor	10h
Tutela dos Direitos Difusos e Coletivos	Pablo Barreto	Mestre	15h
Comunicação e Oratória	Karina Zucoloto	Mestra	10h
Direito Ambiental Econômico, Tributário e Empresarial	Maria Christina	Especialista	30h
Direito Ambiental Internacional	Alice Rocha	Doutora	15h
Direito Ambiental Administrativo	Bruna Argolo	Especialista	15h
Licenciamento Ambiental: Procedimento e Aspectos Práticos	André Sócrates	Especialista	15h
	Pedro Abi-Eçab	Doutor	
Recursos Ambientais em Espécie: Uso e Proteção	André Sócrates	Especialista	25h
Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento Econômico	Pedro Abi-Eçab	Doutor	10h
Negociação e Mediação	Marcelo Medeiros	Especialista	10h
	Karina Zucoloto	Mestra	
Tribunais Superiores e Jurisprudência na Área Ambiental	Nilton Coutinho	Doutor	10h
Impacto Ambiental e Perícia na Área Ambiental	Fábio Morong	Doutor	10h

Unidade Curricular	Docente(s)	Titulação	Carga Horária
Gestão Ambiental: Sustentabilidade, Indicadores de Qualidade e Controle Ambiental	Sandro Godoy	Doutor	10h
Direito Penal Ambiental	Fernando Chuy	Mestre	8h
Metodologia da Pesquisa Científica (opcional)	Julianna Moreira	Mestra	40h

### 6.3. BIBLIOTECA

Não haverá uma biblioteca física, em razão da natureza do curso. Caberá ao docente indicar em aula a bibliografia básica e complementar.

## 7. Estágio

7.1. Este curso de pós-graduação contempla, como diretriz curricular, apenas o estágio não obrigatório, assim considerado aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular obrigatória, nos termos da Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, devendo-se celebrar Termo de Compromisso de Estágio, como Instrumento Jurídico entre a Instituição de Ensino, a parte Concedente e o estagiário em cláusulas que estabeleçam as condições gerais (vigência, eventual bolsa e jornada de trabalho, compatível com as atividades escolares e nos limites legais) bem como as obrigações da Instituição de Ensino, em relação aos estágios de seus educandos; e as obrigações da parte concedente.

7.2. As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo aluno, são equiparadas ao estágio.

7.3. Deve-se haver compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no Termo de Compromisso de Estágio.

7.4. O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da Instituição de Ensino e por Supervisor da parte concedente, comprovado por vistos em relatórios de atividades a serem apresentados pelo aluno, em prazo não superior a 6 (seis) meses, e por menção de aprovação final.

7.5. Os relatórios periódicos e o final devem ser apresentados à instituição de ensino, com a descrição pormenorizada das atividades, inclusive com a natureza do estágio e jornada, e com a assinatura do supervisor da parte concedente.

7.6. Os relatórios periódicos do estagiário serão incorporados ao Termo de Compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do aluno.

7.7. Quando devidamente formalizado, as atividades de estágio podem, a pedido do interessado ser acrescidas à carga horária regular e obrigatória, com o objetivo de acrescentar a carga horária respectiva como atividade complementar no certificado.

